

A República e as Letras



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PATRIOTISMO E PROPAGANDA NA ACÇÃO DA ELITE INTELLECTUAL REPUBLICANA DURANTE A GRANDE GUERRA

RESUMO

O escol intelectual republicano assumiu grande protagonismo na propaganda a favor da beligerância portuguesa durante a Grande Guerra. A assunção consciente de uma missão social tornou-se evidente em diferentes projectos literários com que procurou mobilizar a consciência nacional e ao mesmo tempo legitimar a política intervencionista da república. A sua retórica vislumbrou no conflito uma nova via de ressurgimento colectivo, facto que explica a importância da componente idealista do seu discurso patriótico, com o qual almejava reforçar a coesão nacional. Mas que não perdia de vista a necessidade de reforçar o património político e ideológico da modernidade entendido como conquista civilizacional.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais; Guerra; Patriotismo; Democracia

PATRIOTISM AND PROPAGANDA IN THE ACTION OF THE REPUBLICAN INTELLECTUAL ELITE DURING THE GREAT WAR

ABSTRACT

The Republican intelligentsia played a leading role in promoting Portuguese involvement in the Great War. The conscious assumption of a social mission was evident in different literary projects with which intellectuals sought to raise the nation's awareness and at the same time legitimize the interventionist policy of the Republic. According to their rhetoric, the war offered a new means for collective resurgence, a fact that explains the importance of the idealist features of their patrio-

tic discourse, which aimed at strengthening national cohesion without, however, overlooking the need to reinforce the political and ideological legacy of modernity, which was seen as a civilizational achievement.

KEYWORDS: Intellectuals; War; Patriotism; Democracy

«- Somos os heróis!
Nossos olhos brilham num fervor sagrado,
Nossas mãos audazes tremem de energia!
Vimos da Epopeia, vimos do Passado...
Célere, a vitória corre ao nosso lado,
E em seu gesto alado
- Nosso andar ritmando, nossas almas guia!»
João de Barros, *Oração à Pátria*, 2.^a ed., Paris-Lisboa : Livrarias Allaud e Bertrand
1917) p. 79.

158

Na história conturbada da I República, o escol intelectual assumiu a sua missão de mediador e mobilizador da consciência crítica, cumprindo o seu “papel ético e pedagógico” em torno de diversas propostas de regeneração nacional¹. Na verdade, as dificuldades e os erros da república forçaram as diferentes correntes intelectuais a repensar o problema da realização colectiva de Portugal². A república surgira nimbada de um halo de ressurgimento, numa pátria que se pretendia viver sob o signo da decadência. A ausência de confirmação dessa capacidade regeneradora explica o aprofundamento dos debates culturais, produzindo diagnósticos dos problemas colectivos e discutindo soluções. Surgiram assim diferentes correntes intelectuais com propostas substancialmente antagónicas, desde o existencialismo de Teixeira de Pascoais, ao humanismo historicista de Jaime de Cortesão e ao racionalismo crí-

¹ L. Dias, “‘Missão histórica’ e o ‘Papel dos Intelectuais’ na Filosofia da Cultura em Bento de Jesus Caraça”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra : Instituto de História e Teoria das Ideias 2003, p. 419.

² Cf. J. Macedo, ‘Significado e evolução das polémicas de António Sérgio’, in *Revista de História das Ideias*, Coimbra : Instituto de História e Teoria das Ideias, 1983, p. 475.

tico de António Sérgio³. No essencial, todos reivindicavam uma missão para os intelectuais, a de perscrutarem a alma colectiva e conduzirem o povo, através de uma nova paideia, à assunção de uma consciência colectiva, tornando visível um desígnio comum. Na *Atlântida*, o poeta e escritor francês Philéas Lebesgue, conhecido especialista de literatura e cultura lusófonas⁴, escreveu que “Les nations vivent d’un idéal” que se manifesta através de uma “activité morale collective basée sur un façon d’être ou de sentir parfaitement distincte et déterminée”. Para Labesgue, os poetas eram os intérpretes emergentes (“les interprètes nés”) dessa “maneira de ser” e dessa “actividade moral colectiva”⁵.

A deflagração da Grande Guerra emprestou a estes sectores intelectuais, e através deles à república, um novo fôlego regenerador, isto é, a guerra era a “actividade moral” necessária à realização colectiva⁶. Para a maioria dos intelectuais, a crise nacional era sobretudo uma “crise de fé” e um “mal de consciência”⁷ que podia ser superada através de um movimento catártico. Teixeira de Pascoais afirmava a propósito que “a hora é magnífica para a educação moral de um povo. A Europa converteu-se num grande foco de heroísmo, de sacrifício, de dor, onde as virtudes essenciais do homem se retemperam [...] Portugal não poderá ficar insensível a este terramoto; estremecerá também nos seus abalos. Chegou a hora do sacrifício e a hora do sacrifício é a hora da redenção”⁸.

³ Cf. *Ibidem*, p. 471-531. No campo ideológico oposto surgiu o movimento tradicionalista e nacionalista do Integralismo Lusitano.

⁴ Leia-se, a propósito, Philéas Lebesgue, *Portugal no mercure de France: aspects literários, artísticos, sociais de fins do séc. XIX a meados do séc. XX*, Lisboa : Roma Editora, 2007. Lebesgue era então correspondente da *Águia* em Paris.

⁵ “Portugal et France”, in *Atlântida: mensario artistico, literario e social para Portugal e Brazil*, n.º 21, ano II, vol. VI, p. 708. No mesmo sentido, Teixeira de Pascoais defendia para a *Renascença* a missão de “dar um sentido às energias intelectuais que a nossa raça possui, isto é, colocá-las em condições de se tornarem fecundas, de poderem realizar o ideal que neste momento histórico abraça todas as almas sinceramente portuguesas: criar um novo Portugal, ou melhor, ressuscitar a Pátria Portuguesa, arrancá-la do túmulo onde a sepultaram alguns séculos de obscuridade física e moral em que os corpos definharam e as almas amortecerem”. Cf. T. Pascoais, ‘Renascença’, in *A Águia*, n.º 1, 2.ª série, Janeiro 1912, p. 1.

⁶ “O Renascimento Português”, in *Atlântida*, n.º 11, vol. III, p. 995 e ss.

⁷ A. de Castro, “Depoimento”, in *A Águia*, n.º 52, 53 e 54, Abril-Maio-Junho de 1916, p. 153.

⁸ T. Pascoais, ‘Portugal e a guerra e a orientação das novas gerações’, in *A Águia*, n.º 36, Dezembro de 1914, p. 167.

Na sua maioria, os intelectuais limitaram-se a glosar a matriz espiritualista e existencialista protagonizada pelo autor de *A Arte de Ser Português*, que caracterizava a índole portuguesa como uma “alma excepcional, instintivamente criativa e mística, que criou a saudade, promessa de uma nova Civilização Lusitana”⁹. Em 1912, Pascoais considerava que era necessário que “essa alma seja revelada para que Portugal cumpra o seu destino civilizador”¹⁰. A Guerra constituía oportunidade derradeira para se revelar essa alma colectiva e cumprir a promessa de futuro, promessa ontológica inscrita no génio da raça. Para outros, como Jaime Cortesão, imbuído de argumentos decadentistas, a guerra funcionava como catástrofe regeneradora, necessária à redenção de uma pátria adormecida: “É inútil negá-lo: - há uma parte da nação, entorpecida e analgesiada a tal ponto que só quando lhe rechine a carne e o sangue esvase nas chagas fundas, se crispará de sofrimento”¹¹.

Nem todos postulavam esta leitura existencialista. António Sérgio viu no conflito mundial uma oportunidade para reafirmar os pressupostos racionalistas do seu projecto de modernidade. Sérgio defendia que na génese da crise estrutural portuguesa se encontravam os factores produtivos e que o ressurgimento do país carecia, *ipso facto*, de uma “pedagogia do trabalho”¹². Aos intelectuais, enquanto elite, exigia que patrocinassem um movimento colectivo aberto aos “grandes empreendedores de transformações económicas e aos operários que as realizam”, promovendo uma reforma do sistema educativo que estimulasse a “regeneração pelo trabalho”¹³.

O campo intelectual republicano comprometeu-se com a propaganda intervencionista em diferentes projectos literários, na imprensa, em livros, revistas e conferências. Entre esses intelectuais empenhados conta-se a plêiade de notáveis da república, como Guerra Junqueiro, Jaime Cortesão, João de Barros, Teixeira de Pascoais, Teófilo Braga, Leonardo Coimbra, Raul Proença, Augusto Casimiro, António Sérgio, Lopes de Oliveira, Gomes Leal e Henrique Lopes de Mendonça, entre muitos outros.

⁹ *A Águia*, n.º 1, p. 8.

¹⁰ *A Águia*, n.º 2, 2.ª série, 1912, p. 33.

¹¹ “Portugal na Guerra”, in *Atlântida*, n.º 7, ano I, vol. II, p. 678.

¹² Cf. A. Sérgio, “Pela pedagogia do Trabalho”, in *A Águia*, n.º 27, Março de 1914, p. 95-96.

¹³ A. Sérgio, “Um Programa”, in *A Águia*, n.º 58, Outubro de 1916, p. 122-123.

A revista *A Águia*, dirigida por Teixeira de Pascoais, inseriu textos do próprio Pascoais e de António Sérgio, entre 1914 e 1916, apontado o caminho da beligerância para Portugal¹⁴. Após a declaração de guerra da Alemanha, a 9 de Março de 1916, a revista dedicou à campanha belicista um número especial intitulado *Portugal e a Guerra*. Em artigo de abertura, Pascoais defendia convictamente a causa dos aliados, da “civilização latina” e da “humanidade”¹⁵. Depois disso, e já sem a direcção do poeta da saudade, o conflito não volta a suscitar qualquer atenção desta publicação.

A revista *Atlântida*, pelo contrário, teve na sua génese a propaganda sistemática e consciente da política intervencionista. Congeminado e esboçado nos anos de 1908-1909, o projecto da *Atlântida* foi sofrendo adiamentos sucessivos até à sua concretização no final de 1915. Nas palavras de João do Rio (pseudónimo de Paulo Barreto), o director para o Brasil, “a guerra veio definitivamente forçar a publicação da *Atlântida*”¹⁶. Concebido para aprofundar o conhecimento mútuo e as relações entre Portugal e o Brasil, o projecto literário, dirigido em Portugal por João de Barros, acabaria definitivamente marcado pela Grande Guerra e pela solidariedade intelectual. Como escreveu João de Barros na *Águia*, “Todos nós – artistas, poetas, escritores, educadores, críticos – que somos os naturais defensores da mais alta expressão do espírito da raça, na suprema floração da sua cultura e do seu ideal, não podemos senão aplaudir com inexprimível orgulho a situação internacional portuguesa”¹⁷.

No plano individual, ressaltou-se a produção de projectos literários multimodais, em prosa e verso. Joaquim Manso, colaborador da *Atlântida*, deu à estampa um livro intitulado *Portugal perante o mundo latino* que incorporou o essencial da argumentação esgrimida pela intelectualidade republicana em defesa da guerra, vista como conflito de

¹⁴ Cf. entre outros, *A Águia*, n.º 36, Dezembro de 1914; n.º 37, Janeiro de 1915; n.º 44, Agosto de 1915.

¹⁵ Cf. “A Guerra”, in *A Águia*, n.º 52, 53 e 54, Abril-Maio-Junho de 1916, p. 109-111.

¹⁶ Cecília Dias de Carvalho Henriques da Conceição, *A Revista Atlântida. Documento sócio-cultural e literário de uma época. “Um abraço mental” entre Portugal e o Brasil*, Lisboa: Dissertação de mestrado em literaturas Comparadas Portuguesa e Francesa, apresentada ao Departamento de literaturas românicas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, p. 20.

¹⁷ *A Águia*, n.º 52, 53 e 54, Abril-Maio-Junho de 1916, p. 138.

civilizações¹⁸. José de Macedo, por sua vez, publicou na *Atlântida* os pródromos da sua análise económica e financeira da guerra, que viria a ser publicada em livro com o título *O conflito Internacional sob o ponto de vista português*¹⁹. Jaime Cortesão, deputado republicano, escreveu a conhecida obra didáctica *Cartilha do Povo*. Neste livro, de que o governo adquiriu 100 mil exemplares, o incitamento patriótico decorre em torno dos diálogos estabelecidos entre três personagens, José Povinho, Manuel, Soldado, e João Portugal, nos quais se recorre à história e à tradição como instâncias legitimadoras da mobilização colectiva²⁰.

No campo da poesia destacaram-se João de Barros, Jaime Cortesão e Augusto Casimiro que, entre outros, publicaram poemas patrióticos em revistas e na imprensa. João de Barros, poeta e educador, autor de outros textos de vincado pendor pedagógico, como a *Educação Republicana*²¹, publicou versos de profunda exaltação patriótica em *Ode à Bélgica*²² e em *Oração à Pátria*²³. O poema que iniciara nas páginas da *Atlântida*²⁴ expressa um profundo sentimento patriótico e a crença na revivescência de Portugal: “*nelas [palavras] vive a esperança que em meu peito cresce/pelo teu futuro de grandeza e glória*”²⁵.

Os intelectuais republicanos defenderam sem reboço a participação de Portugal na guerra, vista como obrigação moral, mas também porque aumentava o prestígio do país e do regime republicano. O poema patriótico de José Augusto de Castro é disso elucidativo:

“E diz: - Vamos partir! A guerra é nobre
Quando defende a vida, a honra, a glória!
- Bandeira verde-rubra, as almas cobre
Da crença e da esperança na vitória!”²⁶

¹⁸ J. Manso, *Portugal perante o mundo latino*, Coleção Os Livros do Povo, Pref. de João de Barros, Lisboa : Livraria Profissional, s/d.

¹⁹ J. Macedo, “A Guerra e a mobilização financeira”, in *Atlântida*, n.º 8, vol. II, 1916, p. 764-779.

²⁰ J. Cortesão, *Cartilha do Povo: 1.º Encontro. Portugal e a Guerra*, Porto : Renascença Portuguesa, 1916.

²¹ Leia-se J. Barros, *Educação Republicana*, Lisboa-Paris : Bertrand/Aillaud, 1916.

²² J. Barros, *Ode à Bélgica*, Paris : Atland, 1914.

²³ J. Barros, *Oração à Pátria*, Paris, Lisboa : Aillaud e Bertrand, 1917.

²⁴ Cf. “Oração à Pátria”, in *Atlântida*, n.º 7, vol. II, 1916, p. 673-74.

²⁵ *Ibidem*, p. 673.

²⁶ “Na Hora da Partida”, in *Atlântida*, n.º 19, vol. V, p. 556.

Onde residia pois a nobreza de uma guerra cuja crueldade e violência, até então inéditas nos anais da memória militar, surgia escancarada nas parangonas dos jornais e das revistas?²⁷ Os motivos invocados pela intelectualidade divergiam em parte das justificações reivindicadas pela classe política. É certo que postulavam a preservação do património colonial e que prescreviam o respeito pela aliança com a Inglaterra. Mas a sua retórica escalava valores mais elevados, inscritos na esfera dos ideais e da moral. No plano moral, a guerra foi interpretada como um conflito entre a civilização latina e a civilização germânica. Esse conteúdo civilizacional incluía uma luta pelo direito das pequenas nações, da justiça e da liberdade, ameaçados pelas forças obscuras do “despotismo” e da “barbárie”²⁸. É certo que eram argumentos difíceis de justificar perante a opinião pública, quer em Portugal, onde nem sempre eram garantidos, quer no seio dos aliados, onde tinha lugar a última monarquia absoluta da Europa, a Rússia. Já se viu por isso nesta argumentação uma forma de esconder da opinião pública as verdadeiras motivações da intervenção, como sejam a consolidação e o prestígio da república²⁹.

Para as elites intelectuais, porém, não era totalmente indiferente à humanidade a vitória dos latinos ou dos germânicos. Elas vaticinavam a emergência de uma nova era, de um novo curso histórico, de consequências ideológicas profundas³⁰. Se para monárquicos e católicos significava a vitória dos princípios conservadores, iniciando uma “revolução conservadora”³¹, para os republicanos, pelo contrário, a guerra ameaçava os princípios democráticos e a própria “Liberdade”, esmagados pelo militarismo intolerante e imperialista³².

A verdade é que a elite republicana amava a civilização latina, isto é, a França, porque nela encontrava a gênese da sua ideologia, de-

²⁷ Cf. P. Osório, “Esta Guerra”, in *Atlântida*, n.º 16, vol. IV, 1917, p. 304-309.

²⁸ H. Mendonça, ‘Aspectos morais da guerra europeia’, in *Atlântida*, n.º 20, p. 629.

²⁹ Cf. F. Meneses, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa : Edição Cosmos, 2000, p. 87.

³⁰ J. Manso, *Portugal perante o mundo latino*, Coleção Os Livros do Povo, Pref. de João de Barros, Lisboa : Livraria Profissional, s/d, p. 60.

³¹ Cf. M. Santos, *A Contra-revolução na I República 1910-1919*, Coimbra : Imprensa da Universidade, 2010, p. 243-256.

³² Cf. P. Osório, “Esta Guerra”, in *Atlântida*, n.º 16, vol. IV, 1917, p. 304-309; M. Garção, “Direito e a Força”, in *A Águia*, n.º 52, 53 e 54, Abril-Maio-Junho de 1916, p. 139-140.

fensora da liberdade individual e dos valores patrióticos³³. Dentro dos postulados iluministas de progresso contínuo, acreditava-se que as civilizações evoluíam no sentido de aperfeiçoar a sua cultura, os seus valores e instituições, afastando-se da cultura de força e sedimentando as realizações do espírito. Era esse o verdadeiro significado do pleito civilizacional³⁴. Por outro lado, importa recordar que existia em Portugal uma forte corrente germanófila, apostada em garantir o sucesso do ideário tradicionalista e contra-revolucionário. A retórica aliadófila pretendia ser um dique europeu contra essa ameaça das forças conservadoras que trabalhavam para a vitória dos princípios antiliberais³⁵. Raul Proença explicava, por isso mesmo, que se não era “essencial” afirmar que Portugal ia defender, nos campos de batalha, os direitos dos povos, era todavia a liberdade global que se encontrava ameaçada: “se ninguém se bate pela Liberdade e pela Justiça, é todavia a sorte da própria Liberdade e da própria Justiça que está a ser agora jogada sobre os campos de batalha”. Isto é, Proença asseverava que as causas da guerra estavam vinculadas ao “sistema de interesses»” e aos jogos de poder, mas, no final, as consequências jogavam-se no domínio da ideologia³⁶.

Na revista *Atlântida*, dirigida em Portugal por João de Barros, a intelectualidade republicana não se limitou a uma propaganda idealista de recorte literário. João de Barros, aliadófilo apaixonado, que em 1915 tentou a criação, em Portugal, de uma Liga de artistas que defendesse os interesses da civilização latina³⁷, fez carreira política no regime, como deputado e ministro³⁸. Compreende-se assim que tenha procurado dar eco à propaganda intervencionista da república, emprestando voz aos políticos do *Partido Democrático* a que pertencia.

³³ Cf. T. Pascoais, *Da Guerra*, in *A Águia*, n.º 44, Agosto de 1915, p. 57-61.

³⁴ J. Lima, ‘O meu optimismo’, in *Atlântida*, n.º 7, ano I, vol. II, p. 678.

³⁵ Cf. M. Santos, *ob. cit.*, p. 320 e ss.

³⁶ R. Proença, “Unidos pela Pátria”, in *A Águia*, n.º 52, 53 e 54, Abril-Maio-Junho de 1916, p. 123.

³⁷ Cf. T. Pascoais, *Da Guerra*, in *A Águia*, n.º 44, Agosto de 1915, p. 57.

³⁸ Conhecido poeta, João de Barros foi pedagogo e professor do ensino secundário e fez carreira no ministério da instrução como director geral de instrução primária (nomeado em 1910). Em 1915 foi eleito deputado pelo Partido Democrático, pelo círculo de Lamego, e no parlamento presidiu à comissão parlamentar de ensino primário e secundário. Em 1924 foi ministro dos negócios estrangeiros no governo de Domingues dos Santos, nomeado a 22 de Novembro.

Incluiu por isso nas páginas da publicação periódica diversas entrevistas feitas por João de Barros aos principais dirigentes do partido intervencionista, Bernardino Machado, Afonso Costa, Norton de Matos e Augusto Soares. Os seus testemunhos foram antecidos de ligeiros prom-émios nos quais João de Barros esboçou a biografia política e cinzelou, em traços impressivos, a personalidade e o carácter daqueles estadistas. O resultado vagueia entre o panegírico e a propaganda consciente, encimada pelo rutilante “Renascimento português”. Veja-se como João de Barros burilou o perfil de Afonso Costa, a propósito da entrevista que este político lhe concedeu quando regressou de Londres, em Agosto de 1916, onde se deslocou para negociar as condições da entrada de Portugal na guerra:

“Côncio de que em sua alma vibra e palpita a alma sadia e forte de Portugal, possuindo um sentimento, e mais de que um sentimento, um *instinto* cívico que nunca o deixa errar sobre as vantagens ou as desvantagens patrióticas das suas concepções políticas, enérgico até à audácia temerária, honesto até ao sacrificio do seu natural amor-próprio, e lúcido e previdente em face das situações mais difíceis e mais obscuras, Afonso Costa soube e pôde dominar a sociedade portuguesa, através de mil oposições, de mil ataques, de mil combates e, mesmo, de mil sinceros, mas incompreensíveis panegíricos, que certos dos seus apaixonados defensores têm feito do seu esforço admirável”³⁹.

A entrevista de Afonso Costa, como a de outros políticos, seria aproveitada para responder à vasta campanha do campo anti-intervencionista, para asseverar o prestígio internacional da república e legitimar a política beligerante. Entre os argumentos utilizados pela propaganda anti-intervencionista, isto é, monárquicos, católicos, socialistas e camachistas, encontra-se a ausência de pedido formal de Inglaterra, país onde supostamente se reconhecia a incapacidade do exército português para acrescentar qualidade ao esforço de guerra dos aliados. Afirmava-se igualmente que as forças nacionais ficariam totalmente subordinadas ao comando britânico⁴⁰. A esse propósito referiu Afonso Costa:

³⁹ “O Renascimento Português. A situação Internacional”, in *Atlântida*, n.º 11, ano I, vol. III, p. 996-997. Sobre Afonso Costa pode ler-se, entre outros, a biografia recentemente de F. Meneses, *Afonso Costa*, Lisboa : Texto Editora 2010.

⁴⁰ Sobre a campanha contrária à mobilização leia-se Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 320 e ss.; Filipe Ribeiro de Meneses, *ob. cit.*, p. 179 e ss.

“- Diz-se que vamos combater enquadrados pelo exército britânico.

- De modo algum afirma com energia o Dr. Afonso Costa. O exército português terá o seu sector próprio a defender, com o seu comando próprio, com a sua completa autonomia. Compreende v. o quanto nos deve honrar e lisonjear esta situação, não é verdade?”⁴¹.

A política externa de Portugal seria igualmente explanada pelo ministro dos negócios estrangeiros, Augusto Soares – “um alto representante da cultura e da civilização latinas”⁴² – para aclamar as qualidades estadísticas de Afonso Costa, afirmando que o fazia para “que Portugal saiba, de uma vez para sempre, que tem no grande estadista, o maior, o melhor e o mais ilustre defensor dos supremos interesses e aspirações. Gosto bem que a *Atlântida* recolha e espalhe estas minhas palavras de simples justiça”⁴³.

Quanto às questões militares, centrais na organização de uma força expedicionária, Augusto Soares limitou-se a exaltar o soldado português, apodando-o de tradicionalmente “triumfador” e afirmando que a sua capacidade bélica provava a “vitalidade da república”⁴⁴. Para analisar a reorganização do exército, a *Atlântida* não dispensou uma entrevista com Norton de Matos. Completava-se assim o ciclo de entrevistas às principais figuras do *Partido Democrático* no governo da “União Sagrada”. No prólogo à entrevista, João de Barros retomou o tom apologético, referindo-se às manobras militares de Tancos como o “espectáculo prodigioso que foi a parada de Tancos”, e apresentou o exército como “supremo instrumento de glória e de grandezas nacionais”. Era o mote para conduzir a conversa com Norton de Matos, para o ouvir “falar das suas esperanças no engrandecimento de Portugal”. O ministro da guerra acreditava firmemente nas qualidades da “raça”, perfeitamente visíveis no simples soldado, a quem apenas faltava “fé” nas suas próprias capacidades de realização. E respondeu à acusação de que o exército não queria ir para a guerra, esclarecendo que esse sentimento radicava na deficiente preparação do exército e na ausência de uma “função definida”. Essa “função” desenhara-se em torno do pa-

⁴¹ “A situação Internacional”, in *Atlântida*, n.º 11, ano I, vol. III, p. 1000.

⁴² *Ibidem*, p. 1005.

⁴³ *Ibidem*, p. 1007.

⁴⁴ *Ibidem*.

trimónio colonial ameaçado, reivindicando para o exército uma missão patriótica e a afirmação de uma “nação forte”: “O nosso ressurgimento militar – creio-o – corresponde a um estado de alma do país”⁴⁵. O espírito patriótico do exército encarnava em Norton de Matos, que nas páginas da *Atlântida* revelou o momento da sua epifania:

“Se realmente possuo, como julgo, um fervoroso, um ardente espírito patriótico, creia que o devo em grande parte à minha estada nas colónias, sobretudo na Índia. Eu, que era talvez um pouco céptico sobre os destinos da raça quando parti para a Índia, fui profundamente influenciado pela grande alma de Portugal que ainda lá vive e domina. O meu carácter enrijou, a minha fé aumentou! Compreendi tudo de quanto eram capazes os portugueses – e senti, melhor do que nunca, o quanto a nossa decadência se deu sobretudo à falta de energia e de crença dos homens que dirigiam a pátria. O povo é grande – perpetuamente grande e forte, pois não podem perder-se as qualidades que dantes o fizeram temido, respeitado e admirado”⁴⁶.

No cerne da intervenção do campo intelectual encontra-se a propaganda patriótica. A ideia de Pátria é uma herança romana que o século XIX e as democracias transformaram em conceito “cívico-político”. A Pátria corresponde à comunhão de interesses de um povo que partilha a “terra dos pais” e que se traduz, nas palavras de Oliveira Martins, na “coesão acabada de um corpo social”. Para o autor do *Portugal Contemporâneo*, o patriotismo, enquanto exaltação da pátria, tanto podia ter origem no passado comum como resultar das “consequências da vida histórica”⁴⁷. Foi o que aconteceu no contexto das ameaças ao património colonial português. Nesse período, o patriotismo como expressão política e ideológica da ideia republicana foi central no combate à monarquia constitucional, acusada de ceder a soberania de Portugal nos territórios coloniais e assim condenar o país à decadência. Essa retórica

167

⁴⁵ “A Guerra e a Preparação militar portuguesa», in *Atlântida*, n.º 10, ano I, vol. III, p. 911. A Norton de Matos seria também colocada uma das questões centrais da propaganda antibeligerância: “Mas a Inglaterra pediu ou não pediu o nosso concurso? – Em termos honrosíssimos num convite moralmente secundado pela França, que deseje também ver a nossa bandeira flutuar ao lado da sua. Lord Gray é um velho e grande amigo de Portugal” p. 911-912.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 909.

⁴⁷ Cf. António Machado Pires, ‘Oliveira Martins e as origens etnogénicas do povo português’, in *Revista de História das Ideias*, vol. 38, Coimbra : Instituto de História e Teoria das Ideias, 1999, p. 372-373.

patriótica, aproveitando o interesse da opinião pública em torno das questões do império colonial, foi essencial na doutrinação e mobilização das classes populares e na própria instauração da república.

A conflagração mundial oferecia ao republicanismo, agora no poder, um novo ensejo para envolver os portugueses num anelo patriótico, reforçando a coesão nacional, numa época em que Homem Cristo imprecava ao país que “não há união nacional”, “não há patriotismo” e que “o carácter português, que vem enfraquecendo há séculos, está hoje dissolvido”⁴⁸. A guerra era por isso uma “consequência da vida histórica” favorável ao fervor patriótico e os intelectuais não recusaram o seu papel de mediadores entre o poder e a nação.

Para Teixeira de Pascoais, a Pátria era um “ser espiritual” que participava do universalismo representado pela humanidade. Tal concepção torna inteligível a articulação dos valores patrióticos com as justificações de natureza universalista, como a defesa da civilização latina. Mas este patriotismo, concebido num quadro geral de crise e abatimento, típico das narrativas decadentista, carecia de uma expiação dolorosa. Na verdade, enquanto “catástrofe regeneradora”, a guerra exigia da pátria a “dor” e o “sacrifício” necessários à vida, numa leitura porventura carregada de simbolismo escatológico: “Dor, levanta-te e vem, que já demoras!/Ó feridas a arder, lírios a abrir,/Mortes que sois auroras!/ - Sangue de Redenção, floresce, corre!/- Eu sou a Pátria, a Vida que não morre!/Sou a Vitória e canto no perigo! – Sou o que afirma, indómito de fé!/Ó Mar, ó terra, ó céu, vinde comigo!/Gentes de Portugal! Mortos a Pé”⁴⁹.

No poema de Augusto Casimiro, como em Jaime Cortesão ou João de Barros, não topamos o intelectual a arvorar racionalidades, nele ressumbra o cidadão comprometido num ritual cívico de exaltação patriótica. A pátria não invoca a razão, convoca o “sentimento”. Jaime Cortesão e Augusto Casimiro ofereceram-se para o *front* e viveram a dramática experiência da guerra, que depois registaram em memória literária⁵⁰. Foi a partir das trincheiras que Augusto Casimiro, debaixo

⁴⁸ Citado por E. Leal, *Nação e Nacionalismos*, Lisboa : Edições Cosmos, 1999, p. 41-42.

⁴⁹ A. Casimiro, “Hora de Nun’Álvares”, in *A Águia*, n.º. 52-54, Abril-Junho, 1916, p. 162.

⁵⁰ Leia-se J. Cortesão, *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*, Porto, 1919; A. Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, Porto : Renascença Portuguesa, 1919.

do estrondo de “granadas e morteiros”, elaborou um dos mais vivos e sinceros elogios ao patriotismo e à coragem do soldado português:

“Interrompi... Foi um pequeno ataque... Repeliram-no já os meus camaradas da direita. Julguei que era comigo... Mas acabo de ver um ferido... «Então, meu rapaz, que é isso?... Fizeste o teu dever, deves ter orgulho desse sangue... Vales mais que os outros já...» E ele só me diz: - «Nunca tive medo, meu tenente...» Sangue de Portugal, que vermelho, que vivo! Tenho lágrimas nos olhos. E aquele homem beijo-o na minha alma”⁵¹.

Seja em prosa ou em verso, nesta retórica beligerante predomina um patriotismo de fundo histórico, facto que dificilmente compaginava com a curta existência do regime republicano. Para os republicanos, a temporalidade não inviabilizava a sua retórica historicista. A pátria, enquanto “consciência nacional” e “sentimento” é um “lento produto da história”⁵². Por outro lado, a república não procurava criar um mundo novo a partir do zero, apresentava-se como continuadora de uma tradição histórica feita de grandeza e heroísmo⁵³. As suas raízes encontravam-se em Aljubarrota, na epopeia dos descobrimentos e na revolução liberal de 1820, de que se afirmavam representantes. Por isso, enquanto “revivescência” de uma grandeza anterior, o patriotismo republicano cultivaria a memória histórica tendo como base a tradição colectiva.

A história pátria foi por isso o campo preferido dos intelectuais – com já o fora no passado⁵⁴ - pois “é na História, fonte e repositório de todas as virtudes, como quadro e lugar selecto de todos os factos, que os povos vão beber a orientação dos seus actos e aprender os meios de se aperfeiçoarem”⁵⁵. A história confirmava a existência de um “destino de expansão” que condicionava a vida colectiva da nação e da própria

⁵¹ A. Casimiro, “Portugal na guerra. Uma carta do poeta Augusto Casimiro”, in *Atlântida*, n.º 22, vol. VI, 1917, p. 806.

⁵² Alberto de Oliveira, “Portugal no Brazil”, in *A Águia*, n.º 53-55, Abril-Junho, 1916, p. 117.

⁵³ F. Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro*, Coimbra : Faculdade de Letras, 1991, p. 451.

⁵⁴ Leia-se S. Matos, *Historiografia e Memória Nacional 1846-1898*, Lisboa : Edições Colibri, 1998.

⁵⁵ J. Águas, *A Propósito do Dia de Camões, Conferência realizada na Loja Acácia*, Lisboa : Tipografia Bayard, 1915, p. 3.

humanidade⁵⁶. Naturalmente que a sua retórica carecia de uma selecção das páginas mais brilhantes da gesta colectiva e dos heróis que mais se ajustavam ao culto da Pátria e à revivescência nacional. Essas páginas de inspiração religiosa encontram-se em Aljubarrota e na expansão, com os seus heróis agora de novo invocados: “E enche o presente a glória do passado:/Rubra rosa do sonho em vosso peito, /Nun’Álvares, Camões, o Decegado...”⁵⁷.

A escolha de Aljubarrota e dos descobrimentos adequava-se, para além das leituras óbvias sobre o seu significado na memória colectiva, ao significado da intervenção portuguesa na guerra. Tal como em Aljubarrota, Portugal estava obrigado a defender o seu território e a sua independência. Quanto aos descobrimentos, constituíam uma página ímpar da história da humanidade e consagravam Portugal como nação criadora, representavam o clímax da actividade idealista da pátria. Nesse período áureo da existência colectiva, o país “definiu o valor da vida, como uma força, que tanto mais se exalta, quanto multiplicada pelo perigo e pela grandeza do fim”. Entendida como “filosofia de vida”, a aventura épica surgia agora para um novo ciclo de glorificação e celebração colectiva. Para Jaime Cortesão, ao entrar na guerra ao lado das nações aliadas, “a esfera armilar continuará a ser na bandeira pátria um símbolo de ansiedade infinita e de domínio sobre a terra. O contrário seria renegar séculos de história”⁵⁸. É o mesmo Cortesão quem exprime a importância do momento histórico:

“Somos assim. Vivemos melhor os grandes destinos. E nítida ou confusa, é a vibração da consciência nacional. Não nos anima a certeza matemática da vitória. É a fé abrasada dos videntes e dos heróis. É, numa hora religiosa, o desejo de misturar o nosso ao sangue do sacrifício que vai resgatar a terra. E, embora os cegos tacteiem na escuridão e recuem aflitos para a borda do abismo, a alma da Pátria ergue-se em altos surtos, e vai, ébria de heroísmo, misteriosamente atraída para o Oriente da Beleza”⁵⁹.

⁵⁶ Graça Aranha, “A Nação”, in *Atlântida*, n.º 37, 1919, p. 9.

⁵⁷ “Na Hora da Partida”, in *Atlântida*, n.º 19, vol. V, p. 556.

⁵⁸ J. Cortesão, *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*, Porto, 1919, p. 18.

⁵⁹ J. Cortesão, “Portugal na Guerra”, in *Atlântida*, n.º 7, p. 680. No mesmo sentido escreveu Pascoais: “Se formos para a guerra, mostraremos ao mundo que estamos prontos a morrer pela pátria, que somos alguém que vive porque quer viver, e Portugal criará então novas raízes na história. Por elas absorverá nova seiva, nova energia”, *Águia*, n.º 36, p. 167.

Neste contexto de sacralização da história e da literatura, houve lugar para o culto de heróis: Nuno Álvares Pereira como herói militar e Camões e Junqueiro como heróis literários. O primeiro era já objecto de culto num contexto nacionalista que juntava famílias políticas e ideológicas antagónicas, através da futura Cruzada Nun'Álvares Pereira, nascida em 1918⁶⁰. O seu exemplo patriótico era agora invocado para dar força ao soldado português: “Do seu Amor à terra, e seu heroísmo;/ Pela divina força que em nós reza,/Sonha, prevê e, indómita, vigia,/ Alerta, sobre a Pátria portuguesa”⁶¹.

Quanto aos heróis literários, a sua integração na hagiografia cívica deve-se ao facto de traduzirem um consenso que dificilmente os heróis políticos ou militares podiam ambicionar. Os escritores eram, desde o romantismo do século XIX, os eleitos para penetrar na “própria essência da alma do povo” e passaram a figurar como os “grandes homens” da nação⁶². Guerra Junqueiro foi incorporado na galeria de heróis literários porque a sua arte poética celebrava a pátria como comunidade mística, como “ara votiva do sacrifício”. O autor de *Pátria*, a quem a *Atlântida* dedicou um número especial, foi considerado “irmão gémeo” de Camões e, apesar de viver numa época de “apagada e vil tristeza” - ao contrário do épico - nele reincarnou a “alma heróica da Pátria”⁶³.

Mas seria Camões, escritor universalista, quem (re)ocupou o centro da ara profana nesta hagiografia cívica de cunho patriótico. O culto do épico foi crucial na gestação do patriotismo republicano - e do próprio Partido Republicano - desde que a grei o entronizou no terceiro centenário da sua morte, em 1880. Agora, no contexto da Grande Guerra, de um novo acontecimento épico, os *Lusíadas* voltavam a assumir-se como evangelho de um culto que redobrava de intensidade, pois o “culto de Camões é heróico. Chama à acção”.

A república fomentou desde muito cedo o culto do épico. A Câmara Municipal de Lisboa instituiu, em 1912, o dia 10 de Junho

⁶⁰ Leia-se E. Leal, *ob. cit.*

⁶¹ A. Casimiro, “Hora de Nun'Álvares”, in *A Águia*, n.º. 52-54, Abril-Junho, 1916, p. 160.

⁶² Cf. F. Catroga, “Ritualizações da História”, in L. Torgal, et al., *História da História em Portugal*, vol. 2, Lisboa : Temas e Debates 1998, p. 339-340

⁶³ Lopes de Oliveira, “Ouvindo Guerra Junqueiro”, in *Atlântida*, n.º 19, vol. V, p. 583.

como dia de Camões. Nesse mesmo ano, Guerra Junqueiro haveria de celebrar o poeta numa conferência em Zurique, para plasmar através dele as capacidades regeneradoras do novo regime: “Criemos juntos, no trabalho comum, a Pátria Nova. Invocámos Camões para a libertar, modelemo-la então à sua imagem. Façamo-la heróica, augusta e grande como a epopeia”⁶⁴.

A partir de 1914 multiplicaram-se as invocações públicas de Luís de Camões e dos Lusíadas, o “poema verdadeiramente nacional”, fazendo erguer do túmulo “a figura do maior génio desse século”⁶⁵. O culto dos Lusíadas adequava-se ao momento histórico porque “lendo-o, cremos no futuro; a fé acorda em nós o glorioso sonho de uma nova era de ressurgimento”⁶⁶. Houve por isso um esforço evidente da elite política e intelectual para consagrar o poeta numa liturgia cívica que sobrepujasse a literatura e os meios intelectuais, congraçando o povo num fervor patriótico que repetisse o sucesso de 1880. Em Lisboa, no dia 10 de Junho de 1916, já confirmada a entrada de Portugal no conflito, a elite republicana e o povo da cidade juntaram-se num vasto “cortejo patriótico” que recuperou o ritual cívico de 1880. A sociedade civil (associações, sociedades, grupos de defesa da república, etc), o exército, a armada e demais autoridades acompanharam o presidente da república, Bernardino Machado, o chefe de governo, António José de Almeida, e representantes do congresso no cortejo que percorreu as ruas de Lisboa, entre a Praça do Comércio e o Chiado, terminando junto à estátua de Luís de Camões. Antes disso, na cerimónia que teve lugar na Câmara Municipal de Lisboa, organizada pela Liga Nacional de Propaganda Patriótica, Bernardino Machado afirmaria:

⁶⁴ G. Junqueiro, *A Festa de Camões, Discurso pronunciado em 10 de Junho em Zurich num banquete da colónia portuguesa*, 1912, p. 6.

⁶⁵ J. Águas, *A Propósito do Dia de Camões, Conferência realizada na Loja Acácia*, Lisboa : Tipografia Bayard, 1915, p. 5. Outras conferências decorreram neste período, como, por exemplo: A. Almeida, *Camões na Alma Nacional, Conferência no Ateneu Comercial do Porto*, Porto : Tipografia Mendonça, 1915; A. Vidal, *Camões, Conferência feita aos alunos do Liceu Passos Manuel perante o corpo docente sob a presidência do Exmo Sr. Dr. Alberto Machado, Reitor, em 9 de Junho de 1915*, Lisboa : Tipografia Maurício, 1915.

⁶⁶ Lopes de Oliveira, “Camões, Portugal e a Guerra”, in *Atlântida*, n.º 8, vol. II, p. 711.

“Os Lusíadas são o nosso imortal poema, não só dos nossos direitos, mas também dos nossos deveres imprescindíveis perante o mundo e a civilização. E, assim como os invocámos auspiciosamente na jornada feliz do nosso pleito pelas liberdades constitucionais, assim hoje precisamos igualmente de os ter bem no coração para nos erguermos a toda a altura da defesa valorosa da nossa independência e integridade nacional. O patriotismo ressurge nos esforços e sacrifícios extremos que ninguém pode recusar-se...”⁶⁷.

Quem não concordava com o culto patriótico de Camões era António Sérgio. A sua leitura do épico é coerente com a sua recusa do historicismo e a sua crítica à corrente existencialista. Sérgio argumenta que o patriotismo dos *Lusíadas* é anacrónico, porque é “místico e é antigo” e porque configura uma cultura política que exalta o catolicismo e o absolutismo monárquico: “O patriotismo de Camões estriba-se, em primeiro lugar, na concepção da pátria como comunidade de indivíduos que impõem o mesmo Deus, sob o comando do mesmo rei. Primeiro Deus; depois o rei, representante de Deus na sociedade humana”⁶⁸. Fiel aos seus ideais democráticos, Sérgio postulava um patriotismo que fomentasse a educação cívica e criasse uma comunidade de cidadãos livres, conscientes e trabalhadores, em detrimento da “idolatria” inconsciente dos lusíadas, gerando uma “estagnadora superstição de coisas obsoletas ou incompreensíveis”⁶⁹. A ideia moderna de Pátria tinha na sua génese a liberdade, a razão e o direito e era por isso incompatível com o misticismo que defendiam João de Barros, Jaime Cortesão, Teixeira de Pascoais e tantos outros.

Aliás, Sérgio repudiava a submissão dos intelectuais ao passado e à história, procurando inspiração para a acção presente em heróis como Nuno Álvares Pereira, Camões ou Vasco da Gama. A elite intelectual devia efectivamente conduzir a opinião pública, não devia “adorar a tradição de hoje nem de ontem, mas criar a tradição de amanhã”⁷⁰.

Em síntese, o escol intelectual republicano, e apesar dos elementos dissonantes, produziu a sua propaganda patriótica em torno da ne-

⁶⁷ *A Capital*, 10-06-1916, p. 1.

⁶⁸ “A educação cívica, a liberdade e o patriotismo antigos e modernos a propósito de Rousseau e de Camões», in *Atlântida*, n.º 17, vol. V, p. 363.

⁶⁹ “A educação cívica, a liberdade e o patriotismo antigos e modernos a propósito de Rousseau e de Camões”, in *Atlântida*, n.º 16, vol. IV, p. 260.

⁷⁰ *A Águia*, n.º 39, Março de 1915, p. 127-128.

cessidade de Portugal reafirmar os ideais democráticos e os princípios da modernidade política, consagrados na defesa da liberdade, da justiça e do direito dos povos ameaçados pelo expansionismo alemão. Ao clangor da guerra e ao chamamento das pátrias ameaçadas, respondeu a pátria solidária pela voz dos poetas: “Chama-a a Justiça, contra o maior crime,/ para que o esforço mais ardente leve/ e leve o sacrifício mais sublime!”⁷¹.

⁷¹ José Augusto de Castro, “Na Hora da Partida”, in *Atlântida*, n.º 19, vol. V, p. 555.